



Índice

- 01** [Ministro da Justiça quer disciplinar criação de terras indígenas](#)
- 02** [Fazendeiro retira gado de áreas ocupadas por índios kadiwéu em MS](#)
- 03** [Lideranças cobram do governo mais agilidade na criação de terras indígenas](#)
- 04** [Comissão da Verdade ouvirá índios Yanomami em Roraima](#)
- 05** [Fazendeiro põe seguranças armados para evitar avanço de índios kadiwéus](#)
- 06** [Representante indígena no Conselho](#)
- 07** [Indígenas e 'verdes' equatorianos avançam para consulta sobre Yasuní](#)
- 08** [Ministério Público recebe comissão de indígenas para tratar sobre ensino médio nas aldeias](#)
- 09** [Lista de ataques ao direito indígena à terra](#)
- 10** [Itaipu recebe comunidade indígena na usina para comemorar prêmio](#)



Ministro da Justiça quer disciplinar criação de terras indígenas

SÍTIO RONDA DO MS, 22.08.2013

O objetivo, segundo ele, é tentar minimizar os conflitos entre índios e fazendeiros

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, mencionou hoje (22) a intenção de apresentar, em breve, uma portaria ministerial “disciplinando” os procedimentos demarcatórios de terras indígenas. O objetivo, segundo ele, é tentar minimizar os conflitos entre índios e ocupantes das áreas reivindicadas como territórios tradicionais indígenas.

“Quero fazer uma portaria que discipline e melhore o processo de demarcação, que reduza os pretextos de [alegação de] vícios judiciais do processo. E que, ao mesmo tempo, me deixe uma margem para tentar reduzir antecipadamente os conflitos, sem ferir direitos constitucionais, que são intocáveis e inegociáveis. Se eu conseguir em uma questãozinha contornar a situação, eu resolvo a terra indígena com rapidez”, declarou o ministro durante reunião da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), em Brasília.

A reunião do colegiado criado em 2007 para, entre outras coisas, propor diretrizes, normas e prioridades da política nacional indigenista, hoje serviu para que fosse instalada a mesa de diálogos entre governo federal e povos indígenas proposta pela presidenta Dilma Rousseff. Além de Cardozo e dos 20 líderes indígenas que integram a comissão, participaram do encontro os ministros da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho; do Meio Ambiente, Izabella Teixeira; do Gabinete de Segurança Institucional, general José Elito, e a presidenta da Funai, Maria Augusta Assirati.

Cardozo disse que ainda vai discutir a nova portaria com os vários segmentos da sociedade envolvidos com o tema, como os povos indígenas, o Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). “Temos que avançar, mas não quero avançar tendo ideias brilhantes que não sejam discutidas com todos. Vamos apresentá-las a vocês nessas mesas [de diálogo]. Esse foi um compromisso da presidenta: que todos os atos normativos seriam debatidos com vocês”, disse Cardozo.

Gilberto Carvalho também falou sobre mudanças nos procedimentos demarcatórios. “Estamos rediscutindo as portarias demarcatórias, mas não há nenhuma intenção deste governo de fazer portaria alguma que dificulte as demarcações”, disse o ministro. “Queremos é aprimorar [o processo demarcatório] para evitar a judicialização, que acarreta uma demora sem fim. Mesmo reconhecendo a urgência das causas, é muito melhor um processo negociado do que o processo ser judicializado”.

Em julho deste ano, Cardozo havia falado sobre a publicação de uma portaria que, conforme adiantou, incluiria a participação de outros órgãos federais além da Fundação Nacional do Índio

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 152 / 2013

Brasília, 23 de agosto de 2013.

(Funai) no processo de demarcação de terras indígenas. Na ocasião, o ministro explicou que a proposta em discussão previa que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e os ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário também fossem consultados sobre as demarcações, o que, segundo Cardozo, "tornaria o processo mais transparente e mais dotado de informações, sem que a Funai perca o seu protagonismo". A iniciativa, contudo, dependia da aprovação do Projeto de Lei Complementar 227/2012, que visa a regulamentar o processo de demarcação de terras indígenas.

Agência Brasil



Fazendeiro retira gado de áreas ocupadas por índios kadiwéu em MS
SÍTIO RONDA DO MS, 22.08.2013

Duas propriedades ficam na região do Nabileque, em Corumbá. Pelo menos 120 indígenas ocupam fazendas desde terça-feira.

O proprietário de duas fazendas ocupadas por cerca de 120 índios kadiwéu desde quarta (21), na região de Nabileque, em Corumbá, a 444 km de Campo Grande, retirou cerca de 800 bovinos das áreas. Cada propriedade tem pouco mais de cinco mil hectares. O advogado do dono das fazendas, Carlos Fernando de Souza, deve recorrer nesta quinta-feira (22) à Justiça com pedido de reintegração de posse.

Segundo Souza, os indígenas chegaram ao local armados e montados em cavalos. Houve tiroteio durante a ocupação, ainda conforme o advogado. Os guardas atiraram para cima para tentar dispersar os kadiwéu, sem sucesso. Os indígenas, segundo Souza, também atiraram. A área estaria sendo reivindicada pelos índios desde 1987

A Fundação Nacional do Índio (Funai) confirmou a ocupação, mas diz não ter conhecimento sobre as agressões. O G1 entrou em contato com a assessoria do órgão, mas não teve retorno até a publicação desta reportagem. Servidores da fundação devem ir ao local ainda nesta quinta.

A ocupação das fazendas e o pedido de reintegração de posse quebra a trégua proposta pelo governo federal, que estuda medidas para resolver a disputa por terras em Mato Grosso do Sul. Na próxima terça-feira (27), uma reunião em Brasília entre índios e produtores discute novas saídas para resolver o impasse no estado.

- G1 MS



Lideranças cobram do governo mais agilidade na criação de terras indígenas

SÍTIO PORTAL EBC, 22.08.2013

Brasília – Lideranças indígenas representando todas as regiões do Brasil aproveitaram a presença de quatro ministros de Estado na reunião da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) de hoje (22), para cobrar rapidez na criação de terras indígenas. O encontro ocorre durante todo o dia, em caráter extraordinário, para que seja instalada a mesa de diálogo entre governo federal e povos indígenas, conforme proposto pela presidenta Dilma Rousseff.

Membros da comissão criada em 2007 e vinculada ao Ministério da Justiça, os 20 índios que representam os povos da Amazônia e das cinco regiões do país também pediram o fortalecimento da Fundação Nacional do Índio (Funai); a revogação de iniciativas legislativas do Poder Executivo que, a seu ver, contrariam os interesses indígenas; e mais recursos para a saúde e a educação dos povos indígenas.

Ao cobrar rapidez na demarcação e homologação de novas reservas, os índios disseram que, juntos, os governos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da presidenta Dilma Rousseff criaram menos áreas indígenas que seus três antecessores (José Sarney; Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso). Além disso, informaram que, entre 2003 e 2012, 563 índios foram assassinados em decorrência de conflitos fundiários em todo o país.

Os ministros da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, e da Justiça, José Eduardo Cardozo, rebateram as críticas, alegando a dificuldade de comparar os resultados obtidos em diferentes momentos e em contextos políticos diversos. Também participaram da reunião os ministros do Meio Ambiente, Izabella Teixeira; e do Gabinete de Segurança Institucional, general José Elito; além da presidenta da Funai, Maria Augusta Assirati, e representantes de outros ministérios.

“Acho injusto não olharmos a questão indígena historicamente. Não posso aceitar [a insinuação] de que o governo é omissor. Para retirarmos os não índios da Terra Indígena Maraiwatsédé [em Mato Grosso] foi necessária uma operação de guerra, a ponto de eu deslocar o corpo de elite da Polícia Federal. O governo federal não se omite, mas tem algumas premissas de ação”, disse Cardozo.

O ministro Gilberto Carvalho também defendeu o governo. “Temos sido alvos de ataques muito duros daqueles que são contra a causa indígena. Por isso, é importante termos consciência da correlação de forças e sabermos que demarcar terras [indígenas] no tempo do Collor ou mesmo do Fernando Henrique era muito mais fácil. Havia um imenso estoque de terras. Restou o mais difícil”, comentou.

O ministro da Secretaria-Geral garantiu que o governo não tem intenção nenhuma de dificultar
CONT.



o processo de demarcação e lembrou que medidas como a Portaria 303, da Advocacia-Geral da União, cujo teor tem sido bastante criticado pelos índios por colocar novas exigências para demarcação de terras indígenas, estão suspensas até a resposta final do Supremo Tribunal Federal (STF).

“Estamos rediscutindo as portarias demarcatórias justamente para tentar evitar a judicialização, que acarreta uma demora sem fim para uma solução. É muito melhor um processo negociado, mesmo reconhecendo a urgência das causas, do que o processo ser judicializado”, acrescentou Carvalho. Seu colega Cardozo, no entanto, admitiu que o Estado brasileiro está 20 anos atrasado em relação ao prazo de cinco anos, estipulado em 1988, na Constituição Federal, para que todas as terras indígenas fossem demarcadas e homologadas.

O cacique Marcos Xukuru disse que a disposição do governo de estimular o diálogo é positiva, mas destacou que os índios têm pressa, já que eles são a parte mais vulnerável da disputa. “É importante abrir as mesas de diálogo, mas a correlação de forças entre o movimento indígena e os ruralistas é injusta”, disse Marcos.

O líder indígena questionou a decisão de Cardozo, que admitiu ter suspenso a demarcação da terra indígena Xukuru Kariri, em Palmeira dos Índios, em Alagoas, por sugestão de parlamentares como o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), e do senador Fernando Collor de Melo (PTB-AL). De acordo com Cardozo, os parlamentares o alertaram para o risco de confrontos entre índios e fazendeiros, caso a área fosse demarcada.

“Que debate é esse? Nós não temos recursos para custear campanhas políticas para [elegermos] senadores e deputados. Daí termos dificuldade para chegarmos até os representantes do governo para denunciar a situação que estamos vivendo. Eu não posso andar com meus filhos em segurança. Agora, alguém chega dizendo que há iminência de conflito e [o processo demarcatório] é imediatamente suspenso. Estamos aqui para dialogarmos, mas é preciso vontade política, para que o Estado não fique refém da bancada ruralista”.

O cacique Lindomar Terena seguiu o mesmo tom que Marcos Xukuru. “No nosso entendimento, estamos só perdendo. Ficamos preocupados com o tempo, porque ou resolvemos as coisas este ano ou, no ano que vem, ano eleitoral, nada vai acontecer”.

Edição: Davi Oliveira



Comissão da Verdade ouvirá índios Yanomami em Roraima

SÍTIO TRIBUNA DO DIREITO, 22.08.2013

Construção da rodovia perimetral norte (BR-210), na década de 70, trouxe sérios impactos para essa população

A Comissão Nacional da Verdade realizará uma missão em Roraima nos próximos dias 24 e 25 de agosto. Maria Rita Kehl, coordenadora do grupo de trabalho da CNV "Graves violações de Direitos Humanos no campo ou contra indígenas", visitará a terra indígena Yanomami para conhecer membros da etnia e ouvir seus relatos sobre graves violações de direitos humanos na ditadura, especialmente os relacionados a construção da estrada Perimetral Norte, a BR-210, cujas obras começaram em 1973, trazendo sérios impactos para esta população.

O convite para que Maria Rita e colaboradores da CNV conhecessem a área partiu do Instituto Socioambiental (ISA) que, em parceria com a Hutukara Associação Yanomami (HAY), está produzindo um documentário sobre os 40 anos da estrada Perimetral Norte.

A CNV, o ISA e a HAY percorrerão a região do Ajarani, na TI Yanomami, uma das mais afetadas pela construção da estrada, com o objetivo de entrevistar as lideranças locais sobre sua visão dos impactos causados pela Perimetral. O cineasta Vincent Carelli, um dos colaboradores da CNV e criador do projeto vídeo nas aldeias, fará os registros em imagem para a Comissão Nacional. Inimá Simões, jornalista e especialista em questões indígenas, também acompanha missão pela CNV.

A BR-210 chegou ao território Yanomami em 1973 (as obras prosseguiram até 1976), atingindo diretamente áreas ocupadas por índios que à época praticamente não possuíam contato com a sociedade nacional.

Segundo Vicente Albernaz Coelho, do ISA, "sem nenhuma ação prévia de proteção ou minimização de impactos, os trabalhadores e tratores se depararam com roças e malocas indígenas. O resultado foi desastroso".

Com a presença de não-índios chegaram doenças que causaram uma grande mortalidade entre os Yanomami e desestruturação social, com aldeias inteiras reduzidas a grupos que vivem à margem da estrada. 80% da população Yanomami na região Ajarani teria morrido.

Até hoje os impactos da obra são sentidos pelos indígenas, cuja terra não foi 100% desintrusada (livre da presença de não-índios), como determina a lei. (Informações da Ascom da CNV)



Fazendeiro põe seguranças armados para evitar avanço de índios kadiwéus

SÍTIO PANTANAL NEWS, 22.08.2013

Depois da ocupação da fazenda Limoeiro, em Corumbá, na tarde de ontem (21), o clima segue tenso na região. Igor Vilela, dono da fazenda Santa Márcia, que faz divisa com a propriedade invadida, garante que haverá confronto caso os índios kadiwéu avancem até a sua fazenda. Seguranças armados foram contratados para evitar a ocupação.

Ontem, ao menos 120 indígenas ocuparam a fazenda Limoeiro, da família Alves Corrêa, que fica próximo a Miranda, a 201 quilômetros de Campo Grande. A esposa de Igor é uma das proprietárias do local. Temendo uma invasão na fazenda Santa Márcia, Igor adianta que poderá haver confronto.

Seguranças armados já foram instruídos e estão de prontidão em frente à propriedade. A preocupação é que os índios queiram também ocupar suas terras. "Se eles vierem vai ter confronto. Já avisamos a polícia, mas ninguém fez nada até agora", contou Igor. Hoje cedo Igor estava a caminho da Limoeiro.

Segundo o advogado do dono da fazenda Limoeiro, Carlos Fernando de Souza, esta é a segunda vez em menos de dois anos que índios entram na propriedade. Um comunicado, pedindo providências, já foi enviado ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

Igor disse que no momento da invasão, seis seguranças estavam na propriedade. Quatro teriam sido amarrados e dois conseguiram fugir. Os profissionais que faziam a guarda da propriedade são contratados por uma empresa de Dourados. As armas dos seguranças também teriam sido roubadas. "Ainda não sabemos se a estrutura da fazenda foi depredada", disse.

Dos 538 mil hectares, 160 mil estão em disputa na Justiça desde 1987. O processo tramita há 25 anos no STF (Superior Tribunal Federal). A demarcação da reserva dos kadiwéus foi feita em 1981.

De acordo com levantamento feito pela Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul), no Estado já são 67 propriedades ocupadas por indígenas.

Conflito - Neste mês, o ministro José Cardozo veio a Capital para iniciar uma negociação entre o governo Federal, representantes indígenas e produtores rurais do Estado.

No último dia 13, representantes dos governos Federal e Estadual decidiram, em reunião, que as 31 fazendas localizadas na Reserva Buriti, em Sidrolândia, serão adquiridas pela União por meio de TDA (Título da Dívida Agrária). Também foi anunciado que, em um prazo de 60 dias, o Governo Federal fará levantamentos das áreas e de benfeitorias nas propriedades rurais para que se chegue a um valor exato que deve ser pago pelos hectares comprados.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 152 / 2013

Brasília, 23 de agosto de 2013.

Segundo o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, “serão duas relações jurídicas distintas nas compras”. Cardozo afirmou que a primeira é a aquisição de terras do Estado pelo Governo Federal por meio de TDA (Título da Dívida Agrária) e a segunda é a negociação do Governo Estadual com os produtores para o pagamento das indenizações.

O cronograma para a compra e venda de todas as terras indígenas em Mato Grosso do Sul será divulgado no próximo dia 27, no Ministério da Justiça, em Brasília (DF), quando acontece nova reunião entre índios, produtores e os dois governos. Conforme Cardozo, cada região terá uma forma de negociação.



Representante indígena no Conselho

SÍTIO O NACIONAL, 22.08.2013

Ângela Charrua, 34 anos, é agente indígena de saúde, moradora da Aldeia Polidoro Charrua

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Cdes-RS) passa a contar com representante indígena na sua composição. A vaga, definida no início do ano, foi preenchida nesta quinta-feira (22) com a indicação por consenso durante o 7º Fórum Estadual de Cidadania dos Povos Indígenas, designado pela comunidade indígena como espaço legítimo para definir esta representação.

A titular será Ângela Charrua, 34 anos, agente indígena de saúde, moradora da Aldeia Polidoro Charrua, no Lami, em Porto Alegre. Como conselheiro técnico foi indicado o enfermeiro Pedro Sales, da etnia Kaingang, da Terra Indígena Monte Caseros, no município de Muliterno, na região Nordeste do Estado.

A vaga estava aberta desde o início do ano, quando começou a segunda gestão do Cdes-RS, mas os povos indígenas preferiram aguardar o encontro de todas as aldeias gaúchas para indicar quem ocuparia a vaga. As diferentes lideranças das três etnias do Estado - Guarani, Kaingang e Charrua - que totalizam cerca de 20 mil pessoas, avaliaram como muito importante o convite do Governo para compor o Conselho, órgão de assessoria do governador Tarso Genro.

A próxima reunião do Pleno do Cdes, agendada para 11 de setembro, às 14h, no Palácio Piratini, já contará com a participação da nova integrante. Com a entrada de Ângela, totalizam 27 mulheres entre os 90 componentes, atingindo 30% de presença feminina no colegiado. "Isto garante pluralidade na composição, oportuniza a participação com diversidade racial, ética e social que o Conselho busca", avalia o secretário-executivo do Cdes-RS, Marcelo Danéris.



Indígenas e 'verdes' equatorianos avançam para consulta sobre Yasuní

SÍTIO UOL, 22.08.2013

QUITO, 22 Ago 2013 (AFP) - Indígenas e ambientalistas do Equador iniciaram esta quinta-feira o processo legal para submeter a consulta popular a decisão do governo de explorar petróleo em uma reserva amazônica, após fracassar um plano que buscava evitar a extração.

O grupo que se opõe à exploração no Yasuní pediu à Corte Constitucional que valide uma pergunta que deve ser submetida a consulta popular, para o que precisa do apoio de 5% do colégio eleitoral, ou seja, 600.000 assinaturas.

"Você está de acordo que o governo equatoriano mantenha o petróleo do bloco Ishpingo, Tambococha e Tiputini (ITT), conhecido como bloco 43, indefinidamente no subsolo?", diz a pergunta apresentada pelo representante legal da causa, Julio César Trujillo.

Segundo a Carta Política, a pergunta deverá ser aprovada constitucionalmente e apoiada com as 600.000 assinaturas para que o Conselho Nacional Eleitoral dê passagem à convocação da consulta. O processo não tem um prazo definido.

Um dos promotores da iniciativa, o ex-candidato presidencial Norman Wray, disse à AFP que uma vez que a Corte Constitucional valide a pergunta, iniciará a coleta de assinaturas.

O presidente equatoriano, Rafael Correa, anunciou em 15 de agosto a decisão de explorar petróleo no Yasuní, situado no leste da Amazônia e declarado reserva mundial da biosfera em 1989, após o fracasso de uma iniciativa que buscava manter o petróleo debaixo da terra em troca de uma compensação internacional de US\$ 3,6 bilhões.

Na área há um depósito estimado em 920 milhões de barris de petróleo, o que equivale a 20% das reservas do menor parceiro da Organização de Países Exportadores de Petróleo (Opep), segundo o presidente.

A decisão provocou imediatamente o repúdio de vários movimentos sociais e ambientais. Humberto Cholango, presidente da Confederação de Nacionalidades Indígenas (Conaie), pediu que o tema seja levado à consulta popular.

No sábado, Correa desafiou opositores a coletar assinaturas para o referendo e se mostrou confiante em uma vitória nas urnas.

"Se querem uma consulta, estou de acordo, vamos para a consulta. Mas não sejam vagos, colem as assinaturas se têm tanto apoio. Estamos certos de que o povo equatoriano confiará na nossa palavra e venceremos novamente", afirmou Correa.



Ministério Público recebe comissão de indígenas para tratar sobre ensino médio nas aldeias

SÍTIO RÁDIO RURAL DE SANTARÉM, 22.08.2013

Santarém - Nesta semana o procurador-geral de Justiça, Marcos Antônio Ferreira das Neves, recebeu em seu gabinete o presidente da Assembleia Legislativa do Estado (Alepa), Márcio Miranda, os deputados Nélio Aguiar e Haroldo Martins e uma comissão de lideranças indígenas do Oeste do Pará.

A comitiva foi pedir ao Ministério Público do Estado apoio na manutenção dos professores temporários que lecionam nas aldeias da região até que seja realizado concurso público, para evitar prejuízo na continuidade do ensino.

A comissão de lideranças indígenas relatou aos membros do MPE que já protocolou reivindicação semelhante no Ministério Público Federal. Segundo eles, o ensino médio modular oferecido pelo governo do Estado na região às aldeias indígenas atende Santarém, Oriximiná, Novo Progresso e Jacareacanga, sendo que 90% do quadro docente são de professores temporários.

O contrato com alguns professores já terminou e até o final do ano, todos devem renovar ou serão desligados do quadro. Isso implica em interrupção do ano letivo ou substituição desses servidores por outros temporários sem experiência na educação indígena, o que tem prejudicado o aprendizado.

Os indígenas querem que o ministério público reivindique junto ao governo a garantia da permanência dos professores, até que o Estado ofereça concurso público específico para os indígenas que estão em processo de formação nas faculdades, com previsão para concluir seus cursos no final de 2016.

O procurador-geral de Justiça Marcos das Neves destacou que se for o caso, a instituição deve conversar com o Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público do Trabalho (MPT) para que seja estudado uma saída para essa situação.

Fonte: Redação da Rádio Rural



Lista de ataques ao direito indígena à terra

SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 22.08.2013

O direito indígena à terra, garantido pela Constituição de 1988, é um direito originário, anterior à criação do próprio Estado – reconhecimento do fato histórico de que os índios foram os primeiros ocupantes do Brasil. Mas ainda hoje esse direito está sob ameaça.

Apesar de a carta magna ter definido que até 1993 o governo brasileiro deveria demarcar todas as terras indígenas, de acordo com o critério de ocupação tradicional das terras, a determinação está longe de ser cumprida. Agora, além de sofrer com a lentidão na efetivação de seus direitos, os povos indígenas são alvo dos sistemáticos e violentos ataques arquitetados pela bancada ruralista.

Após as votações do Código Florestal, parlamentares dessa bancada — diretamente ligada aos interesses de latifundiários, empresas e confederações do agronegócio — voltaram suas canetas a projetos de lei que visam extinguir direitos já adquiridos, modificar (dificultar) o processo de reconhecimento das terras indígenas e criar possibilidades para a exploração dessas áreas por não-indígenas.

Nesse sentido, tramitam no Congresso e são discutidas em outras esferas governamentais várias medidas cuja extinção é uma das principais reivindicações do movimento indígena nacional:

Projeto de Lei Complementar (PLP) 227/2012

Considera de interesse público e pretende legalizar a existência de latifúndios, assentamentos rurais, cidades, estradas, empreendimentos econômicos, projetos de desenvolvimento, mineração, atividade madeireira, usinas e outros em terras indígenas. É de autoria de Homero Pereira (PSD/MT), acompanhe a tramitação.

Portaria 303/2012

Fixa uma interpretação sobre as condicionantes estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do caso Raposa Serra do Sol, estendendo a aplicação delas a todas as terras indígenas do país e fazendo retroagir “ad eternum” sua aplicabilidade. A portaria determina que os procedimentos de demarcação já “finalizados” sejam “revistos e adequados” aos seus termos. Foi editada pelo advogado-geral da União, Luís Inácio Adams.

Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 215/2000

Retira do poder Executivo a função de agente demarcador das terras indígenas ao incluir entre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas e a ratificação das demarcações já homologadas. Deputados e senadores teriam o poder, inclusive, de rever e reverter demarcações antigas ou já encerradas. É de autoria de Almir Sá (PPB/RR), acompanhe a tramitação.

PEC 237/2013

CONT.



Permite que produtores rurais tomem posse de terras indígenas por meio de concessão. Se aprovada, na prática a proposta oficializará atividades ilegais como a do arrendamento – que hoje é proibido em terras de usufruto exclusivo dos indígenas. Esta é a segunda proposta de autoria de Padovani sobre o tema e está em tramitação na Câmara. De autoria de Nelson Padovani (PSC/PR), acompanhe a tramitação.

Portaria 419/2011

Regulamenta prazos irrisórios para o trabalho e manifestação da Funai e demais órgãos incumbidos de elaborar pareceres em processos de licenciamento ambiental. Essa portaria visa agilizar a liberação de obras de infraestrutura em terras indígenas, incluindo grandes empreendimentos como hidrelétricas e abertura de estradas. Além do encurtamento de prazos, a portaria indica que devem ser consideradas terras indígenas apenas aquelas que tiverem seu perímetro já declarado no Diário Oficial, desconsiderando assim impactos ambientais sobre terras em processo de reconhecimento. De autoria do Poder Executivo, resolução dos Ministros de Meio Ambiente, Justiça, Cultura e Saúde.

Decreto 7957/2013

Com esse decreto, “de caráter preventivo ou repressivo”, foi criada a Companhia de Operações Ambientais da Força Nacional de Segurança Pública, tendo como uma de suas atribuições “prestar auxílio à realização de levantamentos e laudos técnicos sobre impactos ambientais negativos”. Na prática isso significa a criação de um instrumento estatal para repressão militarizada a toda e qualquer ação de povos indígenas, comunidades, organizações e movimentos sociais que decidam se posicionar contra empreendimentos que impactem seus territórios.

PEC38/1999

Retira do poder Executivo a função de agente demarcador das terras indígenas ao incluir entre as competências privativas do Senado Federal a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas. Além disso, desconsidera o reconhecimento à ocupação indígena ao estabelecer que a soma das Unidades de Conservação e Terras Indígenas não possa ultrapassar 30% da área do estado. De autoria de Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR), acompanhe a tramitação.

PL 1610/1996

Dispõe sobre a mineração em terra indígena, considerando que “qualquer interessado” pode requerer autorização de lavra em terra indígena. O projeto não contempla satisfatoriamente o direito de consulta aos que serão afetados pela atividade minerária – a “consulta pública” prevista no PL não dá às comunidades afetadas a possibilidade de rejeitar a exploração mineral. O PL fragiliza também a avaliação ambiental dos empreendimentos, pois só exige estudos aprofundados ao final do empreendimento, quando ele já está praticamente aprovado. De autoria de Romero Jucá (PFL/RR), acompanhe a tramitação.

–

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Janete Melo.



Itaipu recebe comunidade indígena na usina para comemorar prêmio

SÍTIO ITAIPÚ.GOV.BR, 22.08.2013

Para celebrar a conquista do segundo lugar geral no Ranking Benchmarking 2013 para o programa Sustentabilidade de Comunidades Indígenas, a Itaipu promoveu um encontro com os principais interessados desta ação. Lideranças e moradores das aldeias Tekoha Ocoy, Añetete e Itamarã estiveram na usina nesta quarta-feira (21) para uma agenda de celebração, organizada pela binacional.

O prêmio foi entregue em São Paulo, no início do mês. Na ocasião, os caciques das aldeias do Añetete e do Ocoy representaram os moradores, mas agora foi a vez da binacional retribuir a parceria, trazendo os indígenas para dentro da hidrelétrica.

A programação começou de manhã com visitas à usina e à Central de Triagem. O ponto alto ocorreu à tarde, com a celebração dos rituais do batismo do fogo, conduzido pelo chamoy (líder espiritual) Agostinho Martinez, na choupana do Refúgio Biológico Bela Vista.

"O batismo do fogo foi planejado por nós para nos dar coragem nessa luta e fortalecer ainda mais nosso trabalho de parceria com a Itaipu", disse o cacique da Tekoha Añetete, João Miri Alves.

Também participaram do evento o superintendente de Meio Ambiente, Jair Kotz; a gerente da Divisão de Ação Ambiental, Marlene Curtis; o vice-prefeito de Diamante d'Oeste, Antônio Benedito Prodozzino; o gestor do programa Sustentabilidade de Comunidades Indígenas, João Carlos Bernardes; o cacique da aldeia Tekoha Itamarã, Ernesto Centurião; e o cacique da aldeia Ocoy, Daniel Maraca Lopes.

Parceira

Na cerimônia, o diretor de Coordenação da Itaipu, Nelton Friedrich, agradeceu a parceria e enalteceu a importância do prêmio ter colocado em evidência a questão indígena avá guarani. "O principal e o componente mais profundo deste prêmio e desta homenagem de hoje é ter levado pela primeira vez ao centro dos olhares de centenas de instituições uma boa prática indígena", disse o diretor.

O case de Itaipu disputou com 150 empresas e 279 práticas julgadas por 15 especialistas, de oito países. Os juízes não têm acesso à identidade dos proponentes dos projetos, até o anúncio dos ganhadores, ocorrido em 1º de agosto.

O reconhecimento também mostra a evolução do amparo dado pela Itaipu aos povos indígenas. Lorenza Chamoro, 36 anos, lembra quando teve que deixar sua terra, a Comunidade Jacutinga, na formação do lago, em 1982. "Eu era pequena, mas a gente teve que sair, deixar tudo lá", disse.

CONT.



Ela, que fez parte de 13 famílias realocadas para a Reserva Indígena do Ocoy, recém-criada com apoio técnico e financeiro da Itaipu, diz estar feliz por viver na aldeia do Añetete – para onde se mudou. “Agora está bem melhor, temos água corrente, poço artesiano, o que não tínhamos antes”, afirmou. “Mas ainda pensamos no futuro, temos que continuar a luta pelas nossas crianças”, concluiu.

Atualmente, as três comunidades Avá Guarani do Oeste paranaense amparadas pela Itaipu somam 275 famílias e 1.280 índios: Tekoha Ocoy, Tekoha Añetete e Tekoha Itamarã. Em dez anos, os resultados mensuráveis do programa incluem a construção de mais de cem moradias, casas de reza e centros de artesanato, postos de saúde e escolas, cascalhamento das estradas de acesso e vias internas, e implantação de rede de esgoto e rede elétrica.

As decisões são tomadas em conjunto pelas lideranças das aldeias, representantes da Itaipu e de instituições parceiras como Funai, prefeituras, Ministério Público, governo do Paraná, Emater, Ibama e IAP. Depois da celebração desta quarta, para essas e outras instituições parceiras do programa de Sustentabilidade Indígena receberam certificado, uma forma encontrada por Itaipu de compartilhar o prêmio Benchmarking 2013.